

REAL EDIFÍCIO DE MAFRA. CONTEXTO DE EDIFICAÇÃO NO TEMPO DE D. JOÃO V

Abílio Lousada

Data de 17 de novembro de 1717 o lançamento da 1.^a pedra da edificação do Real edifício de Mafra, que reúne, na imponência de um edifício de estilo Barroco, a Basílica, o Convento e o Palácio, acrescentando-se o Jardim do cerco e a Tapada¹.

A importância da efeméride dos 300 anos motivou a organização de um conjunto de eventos diversificados, mediante organização conjunta das diversas entidades municipais, patrimoniais, religiosas e militares. O programa, que decorreu entre 17 de novembro de 2016 e de 2017, compreendeu conferências, visitas à Tapada Nacional e ao Real Edifício, lançamento de livros, concertos, encenações teatrais e exposições. O início das comemorações arrancou no dia 17, pelas 21:30h, com uma conferência proferida pelo então Bispo Auxiliar de Lisboa, D. Nuno Brás, relativa ao significado do Templo Cristão, seguido de um espetáculo de música com a atuação da Banda do Exército e de fogo-de-artifício no exterior. Ainda nesse mês, foi apresentada uma exposição de arte alusiva ao tricentenário, a estreia moderna de uma Missa na Basílica para três coros e seis órgãos (no dia 19) e uma conferência apresentada pelo então Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente (dia 28), que versou sobre o Ritual de Sagração da Basílica.

Que (*Justos*) *Motivos*? Desfazer Equívocos!

Mas que motivos, efetivamente, levaram D. João V a edificar o Monumento de Mafra? Os acontecimentos relativos a determinações régias e a mercês papais estão relacionados e orientam-se todos no sentido do Portugal magnânimo e do prestígio real, pela graça de Deus.

São quatro os momentos que merecem ser discriminados:

1. Em 26 de setembro de 1711, D. João V mandou exarar o alvará que determinava a construção do Convento de Mafra para habitação e oração dos frades franciscanos da Arrábida. Manuel Gandra refere-se-lhe, apropriadamente, como “a

¹ O Real Edifício de Mafra foi distinguido como Património Mundial pela UNESCO, a 7 de julho de 2019.

*certidão de nascimento do Monumento de Mafra*². A intenção régia foi confirmada pelo alvará de 19 de julho de 1714, com especificações que vão para além de uma simples dádiva aos franciscanos;

2. A 7 de novembro de 1716, Roma atribuiu o estatuto de Patriarcal à cidade de Lisboa e concedeu, a 17 de dezembro de 1737, dignidade cardinalícia ao patriarca;

3. A 17 de novembro de 1717, foi finalmente colocada e benzida a primeira pedra da Basílica, em 22 de outubro de 1730, que foi consagrada a Nossa Senhora e a Santo António, ao som dos seis órgãos e com o reino político, militar e religioso presentes;

4. Por fim, a 23 de dezembro de 1748, D. João V foi distinguido pelo papa com o prestigiado título de *Fidelíssimo*. Por esta via, equiparava-se ao «Rei Católico» de Espanha, «Rei Cristianíssimo» de França e «Sua Majestade Apostólica» da Áustria.

Conforme referido, data de 17 de novembro de 1717 o lançamento da 1.^a pedra da edificação do Monumento, que reúne na imponência de um edifício de estilo Barroco: Basílica, Convento e Palácio. Um tríptico feito em pedra lioz, atualmente com função religiosa, militar e cultural, a que se junta o Jardim do Cerco e a Tapada. Grosso modo, o Monumento foi concluído à data da morte de D. João V (1750), embora os acabamentos continuassem. Alexandre Herculano olhou para o Monumento como «uma sensaboria de Mármore». Sousa Viterbo referia-se-lhe como o de maior grandeza em Portugal, digno de rivalizar com o Escorial. Eduardo Brazão lembrou que «D. João V transformou o ouro do Brasil num rico património de arte e cultura». Paulo Pereira afiança que «será a lembrança de São Pedro de Roma, como arquétipo da cristandade, na sua simbologia e na sua dimensão».

Na verdade, o Monumento rejuvenesceu Mafra, uma pequena localidade em processo de erosão humana, que vivia à sombra da Igreja de Santo André e do palácio dos Marqueses de Ponte de Lima.

Tão antiga como Portugal, a urbe foi conquistada por D. Afonso Henriques aos mouros em 1147 e recebeu Foral em 1190, no reinado de D. Sancho I. Em 1513, quando Mafra viu o Foral confirmado por D. Manuel I, tinha menos de 200 fogos e pouco mais de 800 moradores, dispersos pelos lugares do Longo da Vila, Zambujal, Gonçalves, Gorcinhos, Cachoça, Rochera, Amoreira, Póvoa, Quintal e Vale de Carreiro. Situação que se alterou quando D. João V mandou assentar mármore no

² Manuel J. Gandra, *A Vila de Mafra de Lés a Lés. História e Evolução Urbana*, Mafra- Rio de Janeiro, Instituto Mukharajj Brazilian & Cesdies, 2014.

sítio do Alto da Vela e ali erguer o símbolo maior do seu magnânimo reinado. Dessa forma, e conforme refere Manuel Gandra, “*Maфра atingiu a maioria à sombra do convento*”³, emergindo paulatinamente uma «vila nova» à conta da chegada de milhares de trabalhadores, de militares e da abertura de acessibilidades. Situação que obrigou a “*consertar as estradas que iam da corte para Torres Vedras e o Convento do Varatojo, a fim de neles poderem circular os coches. Com isso beneficiaram os caminhos de Sintra a «Pedro» Pinheiro, de Lisboa para Belas e de Loures para o Zambujeiro, as calçadas de Lousa de Cima e de Baixo, o rio Frielas, que foi limpo para a navegação, a ponte de Santo António do Tojal, onde se mandou abrir um porto e fabricar um cais*”⁴.

Muita tinta tem sido vertida para explicar as razões que motivaram D. João V a erguer o colossal monumento do Barroco na árida vila de Maфра. Refere a tradição o cumprimento do voto feito por D. João V à divina Providência para lhe garantir descendência (1711) e em preito de agradecimento por assim lhe ter sido concedido (1717). Tradição que se inicia com as memórias manuscritas de D. Jaime de Mello, 3.º duque do Cadaval (1730)⁵. Memórias que serviram de inspiração a frei João de S. José do Prado para escrever a obra de referência sobre a Sagração da Basílica, datada de 1751⁶, em jeito de memorial a D. João V (morto no ano anterior) e, mais tarde, a frei Cláudio da Conceição (1820)⁷ que, embora reconheça contradições sobre o assunto, não só não as deslinda como vinca a questão com a série «Gabinete Histórico», escrita com patrocínio régio e dedicada a D. João VI.

Portanto, o Convento de Maфра e demais complexo que lhe está associado resultaram da urgência e necessidade de perpetuar a dinastia de Bragança, algo que só os bons ofícios do Altíssimo poderiam garantir. Mais recentemente, o escritor José Saramago escreveu o laureado «Memorial do Convento» (1982) onde, em jeito de romance histórico, alinha pelo mesmo diapasão. Menos com a intento de enaltecer o Monumento ou distinguir Maфра, e mais com intenção ideológica de minorizar o reinado de D. João V e apoucar a Igreja Católica.

³ Manuel J. Gandra, ob cit.

⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. V, Editorial Verbo, 1982.

⁵ D. Jaime de Mello, 3.º duque do Cadaval, *Memórias da Fundação do Real Convento de N. S. e S. António de Maфра*, 31 de Dezembro de 1730.

⁶ Fr. João de S. Joseph do Prado, *Monumento Sacro da Fabrica e Solemnissima Sagração da Santa Basilica do Real Convento de Maфра*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, MDCCLI.

⁷ Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, Vol. VIII, Lisboa, Na Impressão Régia, 1820.

Os *justos motivos* do alvará de 26 de setembro de 1711 até podem ser os da sucessão, suplicados menos de três anos após ter contraído matrimónio com Maria Ana da Áustria. Mas convém anotar cronologicamente a prole legítima de D. João V – 5 filhos, todos nascidos antes da colocação da 1.^a pedra do Convento e dos quais só o segundo morreu de tenra idade: i) D. Maria Bárbara, que nasceu em 4 de dezembro de 1711 (dois meses após o alvará), morreu em 1758 como rainha consorte de Espanha; ii) D. Pedro, príncipe do Brasil, nasceu a 19 de outubro de 1712 e morreu de tenra idade, em 29 de outubro de 1714 (três meses após o alvará de confirmação); iii) D. José nasceu em 6 de julho de 1714 (dias antes do alvará de confirmação) e morreu no trono em 1777; iv) D. Carlos nasceu em 2 de maio de 1716 e morreu jovem, em 1730 (antes da sagração da Basílica); v) D. Pedro nasceu a 5 de julho de 1717, foi rei consorte de Portugal, casado com a rainha D. Maria I, e morreu em 1786.

Replicamos a questão: D. João V decretou a construção do Real Edifício porquê e para quê? Atentemos no alvará de 1711:

“Eu El Rey faço saber, que por justos motivos, e por especial devoção que tenho ao glorioso Santo António, e por honrra sua. Hey por bem conceder lisenca por esmola que no destricto da Villa de Mafra se funde hum convento dedicado ao mesmo santo; lotado para assistirem nelle treze relligiozoz somente; com declaração que o ditto convento há de ficar pertencendo à província dos rellegiozoz capuchos Arrabidos (...)”. D. João V refere explicitamente “*justos motivos*”, guardando para si o conteúdo dos mesmos, acrescentado a “*especial devoção ao glorioso Santo António*”.

A questão centra-se nos *justos motivos*:

i) Segundo António Caetano de Sousa⁸, trata-se da promessa feita (e não cumprida) aos senhores de Mafra, por parte de D. Pedro II (a que o filho D. João V deu seguimento) de construir um convento em zona arborizada, recatada e sobranceira ao mar, como convém a um local de oração franciscana. A mesma razão, cumprimento de um voto formulado por D. Pedro II, aventa monsenhor José de Castro na sua obra «O Cardeal Nacional» (referente a Vincenzo Bicchì), depois de analisar as cartas existentes no arquivo secreto do Vaticano⁹;

⁸ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, 1741.

⁹ Ayres de Carvalho, *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, I Vol., Edição do Autor.

ii) O médico naturalista suíço Charles Frédéric de Merveilleux, que esteve em Portugal entre 1723-1726, a convite de D. João V, alude que a origem do voto do rei prende-se com os seus problemas de saúde, sentidos desde muito cedo e até 1726, mas com especial gravidade em 1711. Correndo risco de vida devido à tísica, foi-lhe aconselhado o ar mais puro do campo, indo para Azeitão (14 de Junho de 1711) e depois para a Arrábida, a 20 do mesmo mês, onde esteve com os monges franciscanos.

iii) O Núncio Apostólico em Lisboa, monsenhor Vincenzo Bicchi, também menciona os problemas de saúde de D. João V e as preocupações dos médicos, nesse ano de 1711, diagnosticados como flatos hipocondríacos e aconselhando passeios campestres nos locais referidos, a que se acrescenta Sintra e Maфра¹⁰.

iv) Manuel Gandra, talvez o autor que mais veementemente tem rebatido a tese da descendência, é mais específico na identificação dos problemas de saúde do rei, frisando que os flatos hipocondríacos do rei nada mais eram do que sífilis¹¹. Assim, o receio pela vida, os contactos com os monges Franciscanos Capuchinhos da Arrábida, as melhoras a partir de julho de 1711 e a gravidez da Maria Ana, visível pouco depois, motivaram D. João V ao voto do convento, escolhendo Maфра para o efeito;

v) Por fim, Paulo Pereira, mais pragmático, refere que a construção de um convento em Maфра, decidido por D. João V e dedicado por esmola a Santo António, foi ao encontro de um desejo dos franciscanos, datado do século XVII. Maфра tinha todas as condições para acolher um convento rudimentar com as características dos muitos que há mais de um século pejavam a Arrábida: simplicidade dos edifícios, pobreza material, contacto com a natureza, proximidade ao mar e o recolhimento contemplativo e silencioso, subjacente à oração e à devoção. O problema, destapado com o alvará de 1714 e explícito a partir do início das obras, em 1717, é que o Convento de Maфра fugiu a estes preceitos de desprendimento e contrariou os estatutos de pobreza franciscanos, transformando-se num colosso monumental imposto por vontade régia¹².

Entre o pequeno convento prometido em 1711 e o tríptico Monumento iniciado em 1717, o que aconteceu realmente? Entendemos que a promessa feita por D.

¹⁰ Ayres de Carvalho, ob. cit.

¹¹ Manuel J. Gandra, *Palácio Nacional de Maфра. Um Guia*, Maфра- Rio de Janeiro, Instituto Mukharajj Brazilian & Cesdies, 2016.

¹² Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Círculo de Leitores, 1995.

João V de construir em Maфра «o seu Monumento» partiu de uma causa concreta, de uma motivação objetiva e de uma oportunidade subjacente.

A causa terá sido o cumprimento de promessa feita por D. Pedro II, que morreu em 9 de dezembro de 1706, em plena Guerra da Sucessão de Espanha, sem lhe ter dado andamento.

A motivação terá mais a ver com os graves problemas de saúde que afligiram o monarca a partir de 1708. Receoso de padecimento precoce e por receio da Casa de Bragança, jurou a Deus que, pela sua saúde, se havia de levantar em Maфра um convento para 13 frades franciscanos (número usual para conventos dos arrábidos), em honra de Santo António (santo português muito venerado). Se, em 1711, D. João V já tinha um filho ilegítimo, D. António, nascido em 1704, ainda antes do casamento e, no final do ano, a legítima D. Maria Bárbara, nascida menos de três anos após o matrimónio, não é de supor os receios de não procriação.

A promessa foi feita em 1711 e o sítio do Alto da Vela foi definido em 1712, pelo próprio monarca. Um local altaneiro, situado a cerca de 2km a Sudeste da Vila Velha. Porém, três anos depois (1714), o Convento capucho de Maфра ainda não tinha saído do papel, o que as negociações relativas ao fim da Guerra de Sucessão de Espanha podem explicar. Na verdade, no ano anterior Portugal tinha acertado o Tratado de Paz com a França, vindo a suceder o mesmo com a Espanha, no ano seguinte.

Esta constatação remete-nos para o segundo alvará relativo ao Convento, datado de 19 de julho de 1714:

“Eu El Rey faço saber aos que este alvará virem que Eu hey bem nomear para thezoureiro do dinheiro aplicado a obra do Convento que mando fazer na Villa de Maфра dedicada ao glorioso Santo Antonio para nelle assistirem treze Relligiosos da Provincia da Arrabida a Antonio Soares de Faria e para seo escrivão da receita e despesa ao Maximo de Carvalho cujas occupaões eles servirão com todo o cuidado e satisfação e na Camara da dita Villa se lhe dará a posse e juramento dos ditos officios pelos officiaes della para que bem e verdadeiramente sirva (...)”.

Apesar de manter a ideia de um pequeno convento para 13 frades, é mais específico pois, apesar da «esmola», centra a responsabilidade da sua construção no Estado e não na congregação religiosa.

A oportunidade? À bolina da Marinha de Guerra Portuguesa. Apesar de renovação do alvará, as obras só se iniciam em 1717, existindo entre as duas datas um conjunto de ocorrências político-militares entre Lisboa e Roma que, directa e indirectamente, influenciaram a edificação do régio edifício. Em concreto, os feitos navais realizados pela Marinha de Guerra no Mediterrâneo Oriental, em 1716 e 1717, contra os Otomanos, ditaram a oportunidade.

Em 1716, a cristandade da Península Itálica e da Grécia sentia-se ameaçada no Mediterrâneo pelos Otomanos, motivando o Papa Clemente XI a pedir auxílio aos príncipes europeus. Ao contrário de outros reinos, Portugal correspondeu ao pedido, enviando uma frota naval para o mar Adriático, onde chegou em agosto. Consta que os turcos retiraram quando souberam da aproximação da frota portuguesa. A esquadra, debaixo de um preito de agradecimentos, regressou a Lisboa, onde chegou em novembro. A 7 desse mesmo mês, o Papa atribui o estatuto de Patriarcal à cidade de Lisboa através da Bula *In Supremo Apostolatus Solio*.

Entretanto, os Turcos voltaram a atacar em 1717 e desta vez travou-se batalha, a 19 de julho, a sul da Grécia, ao largo do cabo de Matapão, onde as forças Cristãs venceram as Turcas, cabendo à frota portuguesa, comandada pelo Conde de Rio Grande, a ação decisiva. Novo regresso sob o aplauso geral, sendo a frota recebida por D. João V; estava-se em novembro e em 17 desse mês foi colocada a primeira pedra do convento de Mafra. O rei iria ter as mercês arquitetónicas, artísticas e financeiras de Roma para a sua edificação.

O ocorrido em 1716 permitiu a D. João V concretizar o sonho de elevar a sua real capela a Basílica Patriarcal e transformar Lisboa num centro de referência espiritual da cristandade. Os factos de 1717 determinaram a edificação em Mafra não de um convento rudimentar para 13 frades, mas de um colossal Monumento régio que incluía um Convento para mais de 300 frades, uma sumptuosa Igreja e um majestático Palácio.

A Construção do Monumento de Mafra

Entre 1717 e 1750, o Exército em Portugal alinhou por um padrão de reduzidos efetivos e de baixo custo. Em situação de paz, o contingente terrestre do Reino situou-se entre 12-13 mil homens (20 regimentos de infantaria, 10 de cavalaria e um de artilharia), até à década de 1730, e 30 mil, exponenciados com a crise ocorrida com a Espanha, em 1735. O emprego de forças militares fora da metrópole era também

reduzido, levando em linha de conta a presença pouco mais que simbólica no Reino de Angola e na costa oriental de África (Moçambique), os efetivos necessários para sustentar os domínios territoriais no Estado da Índia ou a presença no Brasil. Na verdade, era no território da América do Sul que a presença militar mais se tornava necessária, atendendo à vigilância, a Norte, da região do Maranhão, o controlo, a Sul, do esteio do rio da Prata, e a segurança necessária para permitir o escoamento aurífero em Minas Gerais e Mato Grosso. Contudo, no total, estamos a aduzir efetivos limitados, sendo que no caso do Brasil foram efetivos de cavalaria (dragões) os mais utilizados, atendendo ao carácter dissuasor da tropa montada face aos autóctones.

No território continental português, o mais importante era assegurar missões de vigiar e dissuadir nas penetrantes terrestres e nas marítimas, destacando-se, no primeiro caso, as unidades sediadas em Monção/Valença, Chaves/Bragança, Almeida, Castelo de Vide, Elvas/Olivença e, no segundo, no Algarve (Faro/Lagos), Setúbal, Cascais e Peniche, num total de 13 regimentos de infantaria (dos 20 existentes) e 4 dos 10 de cavalaria (Olivença, Chaves, Bragança e Almeida).

Se atentarmos que, durante o decurso das obras do Monumento de Mafra, a presença militar foi em número proporcional ao de trabalhadores empenhados, então podemos aferir que, durante parte do reinado de D. João V, foi em Mafra que se verificou a maior concentração de forças militares. Com especial incidência em 1729-1731, durante os acabamentos e Sagração da Basílica, em que as estimativas apontam para perto de 50.000 homens e 7.000 soldados em 1729¹³ e mais de 15.000 trabalhadores e perto de 6.000 militares em 1731¹⁴.

Quais eram as funções primordiais atribuídas ao Exército? De vária ordem, que iam desde o recrutamento nas comarcas através dos corregedores e/ou capitães e encaminhamento sob escolta até ao local trabalho. Segurança da obra (pessoas e materiais) e isolamento da área, que exigia um livre-trânsito para os transeuntes. Transporte de materiais através de meios de carretagem, utilização de sapadores para dinamitarem a pedra e remoção de terra. Transporte ou escolta de prisioneiros, detenções de prevaricadores, identificação de fugitivos.

À semelhança dos trabalhadores, também os militares eram recrutados em todas regiões do Reino, sendo certo que muitos pertenciam aos regimentos da

¹³ José Ferreira de Assunção Guilherme, *À Sombra do Convento*, Mafra, Rolo e Filhos, 1957.

¹⁴ Fr. João de S. Joseph do Prado, ob. cit.

Estremadura (Peniche, Lisboa, Setúbal, Cascais) e do Alentejo (Castelo de Vide, Évora e Elvas). Isto, claro, sem contar com o considerável séquito que acompanhava o monarca, para sua segurança e representatividade, sempre que se deslocava a Mafra, o que aconteceu frequentemente, quer de forma pré-anunciada ou mais velada. Neste caso, os efetivos de infantaria e de cavalaria pertenciam aos regimentos da Corte (do Coronel Conde do Prado e Regimento Velho da Guarnição da Corte).

À conta das obras, da leva de trabalhadores e da presença dos militares durante cerca de 30 anos, Mafra viu a sua demografia e o espaço habitacional crescerem exponencialmente. A designada ilha da Madeira, casas de madeira fronteiras ao Monumento e que custaram ao erário régio 150.000 cruzados¹⁵, tornou-se um bairro de trabalhadores e de caserna, sendo que muitos dos que aí habitaram não só não regressaram às terras de origem, como fizeram chegar até si as respetivas famílias. Uma das provas é a admissão de trabalhadores civis e de militares assistentes da real obra na Irmandade do Santíssimo Sacramento e na Ordem de S. Francisco de Mafra¹⁶.

Na manhã de 17 de novembro de 1717, foi benzida e assentada, com pompa e circunstância, a primeira pedra do Real Edifício de Mafra. Já não se assumia um ‘conventinho’ para franciscanos, mas de um Monumento régio tão imponente quanto a dinastia o merecesse e tão sacro quanto o Céu o exigisse.

Montados a cavalo, o rei e a corte acercaram-se do terreiro às oito e meia da manhã, seguidos por escolta militar. Para a improvisada basílica de madeira, em formato da projetada, avançou a procissão, enquadrada por duas colunas de cavalaria da real guarda alemã e os clarinetes: *“à frente iam os 64 frades arrábidos, depois o clero local, os músicos, capelães, acólitos patriarcais, subdiáconos, beneficiados, cónegos, o patriarca, D. Tomás de Almeida, os protonotários patriarcais, o rei, a corte, o juiz e o corregedor e os vereadores”*.

E o povo, cerca de 3.000 pessoas, que acompanhava os acontecimentos à retaguarda. Feito a bênção, a procissão dirigiu-se para junto altar-mor, onde o patriarca depositou a pedra inaugural, a que se juntou a da inscrição e uma urna de mármore. Depois, *“na cova colocou-se o geral de S. Bernardo, esmoler-mor, doze*

¹⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

¹⁶ Arquivo da Real e Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Santo André de Mafra e fundo relativo à Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Mafra.

moedas de cada espécie de dinheiro corrente no reino: doze de ouro, de 4800 réis, doze meias moedas, doze quartinhos e assim do real e meio de cobre". O séquito regressou, então, à Igreja, para assistirem às restantes funções e à missa. Terminada a celebração inaugural, D. João V pegou numa pedra em mármore de palmo e meio e *"foi depositá-la piedosamente junto da que fora benzida"*, mostrando assim público apreço pela obra que nascia sob a sua égide"¹⁷.

Portanto, depositada a primeira pedra, D. João V cravou a vontade de construção de um imponente monumento político-religioso em Mafra. Apesar das opiniões da própria casa real, pouco interessadas em retiros no planalto saloio, a Ordem Franciscana, incomodada com a opulência imposta à sua humilde regra, as classes trabalhadoras, desenraizadas dos campos e dos lares para trabalharem o mármore e a madeira, os militares, sujeitos a um trânsito contínuo entre as suas unidades e Mafra, e a burguesia, que viam o ouro brasílico ser aplicado na importação de artistas, mesteres e obras de arte.

Genericamente, a construção obedeceu a três fases e a outras tantas contingências e constrangimentos: até 1730, altura em que foi sagrada a Basílica; entre esta data e o início da década de 1740, subjacente à ampliação do Convento; e entre 1742 e a morte do soberano, incidindo no acabamento do Palácio.

Os trabalhos decorreram com lentidão. Era necessário abrir pedreiras nas terras vizinhas e fazer o seu transporte para o Alto da Vela, cinzelar e transportar o mármore desde Pero (Pedra) Pinheiro, aguardar pela fundição dos sinos e a vinda dos carrilhões e dos órgãos, comprar e transportar a madeira necessária, esperar a importação de pinturas e esculturas, grades e demais ornamentos. Além, claro, da necessidade de obter o concurso de arquitetos e de trabalhadores especializados em cada uma das áreas. Relativamente aos planos delineados inicialmente pelo arquiteto Carlos Gimac e os discípulos de Carlos Fontana, a obra sofreu diversas alterações através dos arquitetos Fillipo Juvara, António Canevari e João Frederico Ludwig. De tal maneira que, em 1721, a Igreja, «peça» central do Monumento, existia ainda no formato de madeira, onde foi exposto o Santíssimo, em abril desse ano¹⁸.

Em dezembro, D. João V decidiu ir a Mafra para ver o progresso das obras. O monarca não terá ficado agradado com o que viu e é a partir dessa altura que o

¹⁷ José Ferreira de Assunção Guilherme, ob. cit.

¹⁸ Ayres de Carvalho, ob. cit.

número de trabalhadores cresce (13.000), 300 carretas passam a laborar diariamente e o dinheiro a disponibilizar aumenta (900 cruzados por ano)¹⁹. Em 1726, o Monumento ainda se resumia à Igreja, levantada até à nave, mas já tinha capela-mor e cruzeiro, estando em curso a nave e as capelas laterais.

A presença de D. João V em Maфра, junto dos operários, artesãos e militares, tornou-se recorrente, ficando alojado no palácio do marquês de Ponte de Lima, junto da Igreja de Santo André. Os anos 1729-1730 são de azáfama. O monarca decidiu que a Igreja devia estar pronta a ser sagrada a 22 de outubro de 1730 (um Domingo), data do seu 41.º aniversário. Assim, e conforme relata o duque do Cadaval, estribeiro-Mor do rei, nas suas memórias:

*“Mandou el-Rei quantidades de oficiais para que com todo o vigor se continuasse a obra, e querendo que se adiantasse mais, mandou vir de todas as províncias dos Reino os regimentos de cavalaria e Infantaria e todos os oficiais de pedreiro, canteiros, carpinteiros e trabalhadores para os desentulhos; e se juntaram 25.000 homens e em 11 meses se viu crescer mais a obra do que até ali se tinha feito; de sorte que se pôs a Igreja no estado de se sagar e o convento de habitarem nele 200 religiosos”*²⁰.

Mas a dificuldade em manter a mão-de-obra para a construção era notória, não só devido à data aprazada, às dificuldades em coordenar os trabalhadores e em obter os materiais, como pelas resistências manifestadas; em setembro de 1729, tinham fugido 2.000 trabalhadores, obrigando a novas levas e à consequente perda de tempo²¹. Em dezembro daquele ano, um gazeteiro noticiava:

*“«Nesta obra se trabalha de noite e se tem reconduzido atados com cordas os oficiais que fogem»”*²². Em julho de 1729, Maфра acolhia 47.836 homens e, em 1730, estima-se em mais de 52.010 os alistados, dos quais 45.000 recebiam salário, 1300 bois e 7.000 militares²³.

Como palavra de rei é lei, na data decretada a Igreja estava pronta a ser sagrada. Ainda o sol desse dia 22 de outubro não tinha rompido, quando quatro

¹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit.

²⁰ Ayres de Carvalho, ob. cit.

²¹ Os fugitivos que fossem apanhados teriam de trabalhar três meses sem receber pagamento e, se fossem reincidentes, esperava-os as galés e os açoites.

²² Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit.

²³ Guilherme José Ferreira de Assunção, ob. cit; Manuel J. Gandra, *Maфра de Lés a Lés*, ob. cit.

regimentos de infantaria e de cavalaria se concentravam no espaço sobranceiro à fachada do edifício. Depois, pelas 5 horas, chegaram as altas individualidades da casa real, religiosas e nobiliárquicas, nomeadamente, entre outras, o rei D. João V e a rainha D. Maria Ana, o príncipe D. José, os infantes D. Francisco e D. António, o patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida, os cardeais D. Nuno da Cunha e Ataíde e D. João da Mota e Silva, os bispos de Leiria, Portalegre, Patara e Nanquim, os cônegos da patriarcal, os duques de Cadaval e de Lafões, marqueses, condes e viscondes, e a princesa do Brasil. Também marcaram presença inúmeros capelães e frades franciscanos dos diversos conventos do Reino.

Mafra vivia, então, momentos de religiosidade, de solenidade e de cor, que se prolongaram durante oito dias. Efetivamente, a sagração foi celebrada com um oitavário e segundo o Pontifical Romano. Em cada um dos oito dias, houve missa, sermão e bênção, cabendo o principal ato solene ao patriarca de Lisboa. Durante as cerimónias da sagração, o primeiro dia começou às 7 horas e terminou, sem interrupções, às 3 horas do dia seguinte, tendo tocado os seis órgãos e repicado as dezenas de sinos das altas torres, anunciando a graciosidade do acontecimento às regiões mais distantes²⁴.

Como curiosidade, refira-se que algumas das alfaias religiosas utilizadas na cerimónia ainda hoje são aproveitadas para as solenidades na Basílica, destacando-se «a Cruz da Freguesia de Mafra», que se encontra, a par de outras, em posse da Irmandade do Santíssimo Sacramento²⁵.

Sagrada a Igreja, que faz o elogio por si e ocupa o centro e é o cartão de visita do Monumento, surgirá o convento nas fachadas laterais e na anterior, recolhendo os frades do “*espectáculo mundano do poder*”²⁶.

Em janeiro de 1731, D. João V concedeu licença a parte dos operários e a alguns soldados para irem para suas casas até o Entrudo, enquanto foram destinados 50.000 cruzados das rendas do tabaco para sustentar as obras do Convento²⁷. Uma pausa destinada a arrancar com a 2.ª fase do Monumento.

Em maio desse ano, a obra contabilizava 9.346 trabalhadores: i) 2997 canteiros; ii) 1162 carpinteiros; iii) 54 entalhadores; iv) 2 torneiros; v) 29 serradores;

²⁴ Fr. João de S. Joseph do Prado, ob. cit.; Guilherme José Ferreira de Assunção, ob. cit.

²⁵ AA.VV, *A Camisa da Sagração de Luís XV e a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Mafra*, Mafra, Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santo André da Vila de Mafra, 2016.

²⁶ Paulo Pereira, ob. cit.

²⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit.

vi) 2 seleiros; vii) 4 tanoeiros; viii) 6 vidraceiros; ix) 2358 albíneos (semiespecializado em cantaria e carpintaria); x) 1347 paisanos (jornaleiros, à ordem de apontadores e capatazes); xi) 20 carpinteiros de segos; xii) 20 apontadores de paisanos; xiii) 344 mariolas (carregadores). Relativamente aos militares presentes, entre oficiais e soldados, eram 6.124 (5.510 de infantaria e 614 de cavalaria). Há ainda a registar uma enorme massa de trabalhadores que tinha adoecido (17.097) e morrido (1713), tendo D. João V compensado cada família com 3\$00 reis e disponibilizado um total de 513\$900 para funerais e cinco missas por alma²⁸.

As obras avançavam e, com elas, os constrangimentos. Os moradores queixavam-se da constante poeira, do barulho contínuo e das expropriações que não eram devidamente compensadas. Os trabalhadores mostravam insatisfação crescente face aos atrasos nos pagamentos, havendo registos de abandono da obra e greves de zelo. As levas para Mafra originavam resistências dos cidadãos e corrupção por parte dos capitães-mores. As malhas da justiça, por ordem do rei, apertaram e os criminosos e vadios foram encaminhados a ferro para Mafra, o mesmo acontecendo aos condenados da carreira da Índia, a quem foi gravado um M na testa. A seguinte transcrição da época dá uma ideia do estado de espírito vigente:

“«Em primeiro lugar foi errado o meio de constranger os homens para trabalhar nesta obra por ser voluntário e não útil, nem necessária ao reino. Com os nossos olhos vimos a tantos homens arrastados pelas estradas e pelas ruas com cadeias e cordas, conduzidos de beleguins como delinquentes e justicados, reduzidos ao estado da escravidão desmerecida. Choram a perda da saúde em um contínuo giro de trabalhos, expostos aos rigores dos frios sem cama em o deserto e no intenso das calmas sem sombras, nem abrigo, e à miséria da fome sem pagamento. Muitos tinham perdido suas vidas sem assistência dos parentes, e também suas almas sem receberem os sacramentos à hora da morte»”²⁹.

Os próprios frades mostravam insatisfação pelo contexto, privados de silêncio e de sossego. Até a família real mostrava o seu desagrado, nada interessada em acompanhar o monarca na sua paixão pelo Monumento de Mafra, ficando-se por Lisboa; à semelhança, aliás, da maioria da corte.

²⁸ Fr. João de S. Joseph do Prado, ob. cit.

²⁹ António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, Livros Horizonte, 2002.

Mas o rei não se demoveu. Em 1733, assinou-se a escritura de Mafra, ficando acordado por chancela real o pagamento devido aos mestres, pedreiros, carpinteiros e demais artesãos e operários, num total de 600.000 cruzados anuais, que não incluía os materiais³⁰. Em 22 de outubro desse mesmo ano, D. João V, num gesto altruista, celebrou o seu 44.º aniversário com os frades do convento, aproveitando para inaugurar o respetivo refeitório. Inclusive, foi o próprio rei que serviu a ceia aos frades, auxiliado pelo príncipe D. José, pelo infante D. António e pelos camaristas (2 marqueses e 4 condes)³¹.

A ligação religiosa de D. João V a Mafra verifica-se através da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santo André de Mafra³² e ao estabelecimento da Ordem Terceira de Penitência de S. Francisco, sob a sua real protecção, em 17 de Setembro de 1736, que iniciou actividades em 7 de fevereiro de 1740. Actividades de que se destaca a «Procissão da Penitência da Ordem Terceira de São Francisco», que saía (como ainda hoje acontece) à vila durante as celebrações do Tempo da Quaresma. Uma procissão onde além dos fiéis que assistiam e acompanhavam, desfilavam os religiosos, dignitários do reino, senhores de Mafra e os militares, transportando 10 andores³³ trabalhados com mão de mestre e convenientemente decorados, os «manequins» ricamente vestidos e as alfaias e objetos com o brilhantismo sacro exigido. Na verdade, D. João V, que se empenhou pessoalmente nos trâmites da procissão, desejou magnificência ao cortejo religiosos mafrense e exigiu especial cuidado com a imagem de São Luís e da Camisa que vestia, uma oferta protocolar do congénere Luís XV de França³⁴.

Entretanto os trabalhos do Palácio avançavam, até que em maio de 1742, D. João V foi acometido por *“um estupor que o privou dos sentidos, e ficou leso da parte esquerda, e com a boca à banda”* (Trombose). Como o Monumento de Mafra ainda não estava concluído, nomeadamente o Palácio, o monarca resolveu apressar

³⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit.

³¹ Guilherme José Ferreira de Assunção, ob. cit.

³² A primeira referência documental da existência da irmandade data de 14 de Março de 1597; a assinatura de Compromisso é de 5 de julho de 1725, certificado pelo Patriarca D. Tomás de Almeida, a 19 de julho do mesmo ano.

³³ Atrás da Cruz da Penitência, a procissão tem os seguintes andores: i) «Salvador do Mundo» (Cristo e São Francisco); ii) «o Papa entrega a bula de criação da Ordem a São Francisco»; iii) «Os Bem Casados»; iv) «Santa Maria de Cortona»; v) «São Roque»; vi) Santa Rosa de Viterbo; vii) «Santo Ivo»; viii) «São Luís, Rei de França»; ix) «Santa Isabel, Padroeira da ordem Terceira de Mafra»; x) «Glorificação de São Francisco».

³⁴ AA.VV, *A Camisa da Sagração de Luís XV e a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Mafra*, ob. cit.

os trabalhos, arrematando o que faltava por 625.000 cruzados, a finalizar num prazo de oito anos³⁵. Curiosamente, o tempo de vida que D. João V tinha pela frente! Temia que as suas ausências de Mafra, ditadas pela convalescença, entravassem a ‘joia da coroa’. Preocupação ampliada pela constatação de que o príncipe D. José preferia caçar na real tapada de Alcântara do que na Mafra.

“*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce*”; frase da «Mensagem» de Fernando Pessoa que bem se pode aplicar ao Monumento de Mafra enquanto obra master do reinado de D. João V e do Portugal de setecentos.

Fecho

Sem coincidências, a construção daquele que viria seria o *master* edifício do Antigo Regime foi iniciada, objetivamente, no ano da vitória de Cabo Matapão, uma ação militar desenvolvida inserta na Diplomacia Joanina, com a primeira pedra a ser cravada, precisamente, no mês da chegada a Lisboa da armada real. Altura em que o rei teve a bênção papal e aferiu as mercês arquitetónicas, artísticas e financeiras para a edificação do real Monumento.

E ainda porque o prestígio externo de D. João V exigia, além da patriarcal, um Monumento que marcasse o reinado e a dinastia, vincando na Europa uma dignidade equiparável ao Escorial de Espanha, a Versalhes da França e à Basílica de São Pedro de Roma. Internamente, o voto aos franciscanos não só foi mantido, como ampliado, dando-lhes uma paridade com as demais ordens religiosas existentes em Portugal: se os cistercienses tinham o Mosteiro de Alcobaça, os cônegos regantes o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e São Vicente de Fora, em Lisboa, os dominicanos o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e os jerónimos o Mosteiro de Santa Maria de Belém (Jerónimos), os franciscanos passavam a ter o Convento-Basílica de Mafra, dedicado a Santa Maria, ainda que o monumento tivesse um Palácio régio, de torreões similares ao do Palácio da Ribeira, em Lisboa, a enquadrar o contexto, lembrando onde residia a proeminência do poder³⁶.

³⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva, ob. cit.

³⁶ Paulo Pereira, ob. cit.

Bibliografia

- AA.VV, *A Camisa da Sagração de Luís XV e a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Mafra*, Mafra, Real e Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santo André da Vila de Mafra, 2016.
- CARVALHO, Ayres de – *D. João V e a Arte do Seu Tempo*. Edição do Autor, I Vol.
- CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, *Gabinete Histórico*, Vol. VIII, Lisboa, Na Impressão Régia, 1820.
- GANDRA, Manuel J., *Palácio Nacional de Mafra. Um Guia*, Mafra- Rio de Janeiro, Instituto Mukharajj Brazilian & Cesdies, 2016.
- GANDRA, Manuel J., *A Vila de Mafra de Lés a Lés. História e Evolução Urbana*, Mafra- Rio de Janeiro, Instituto Mukharajj Brazilian & Cesdies, 2014.
- GUILHERME, José Ferreira de Assunção, *À Sombra do Convento*, Mafra, Rolo
- MELLO, D. Jaime de, 3.º duque do Cadaval, *Memórias da Fundação do Real Convento de N. S. e S. António de Mafra*, 31 de Dezembro de 1730.
- PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*. Mem Martins: Círculo de Leitores, Vol. III, 1995.
- PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, Livros Horizonte, 2002.
- PRADO, Fr. João de S. Joseph do, *Monumento Sacro da Fabrica e Solemnissima Sagração da Santa Basilica do Real Convento de Mafra*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, MDCCLI.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, Vol. V, 1982.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, 1741.